

## **008ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 18NOV2013**

**Pauta:** Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luiz Espíndola Lopes):** Senhoras e senhores, boa noite! Passamos à leitura do edital desta audiência pública. (Lê.): “Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13, que altera o art. 24 e revoga o § 2º, do art. 32 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009, que institui o Plano Diretor Cicloviário Plano Integrado e dá outras providências -, e incluiu anexo 6 à Lei Complementar nº 626, de 2009, criando o Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário (FMASC) e instituindo seu Conselho Gestor. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 18/11/2013, às 19h, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizada na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 25 de outubro de 2013. Ver. Dr. Thiago Duarte – Presidente.”

Convidamos para compor a Mesa desta audiência pública o Ver. Bernardino Vendruscolo, Presidente desta sessão; a Sra. Lívia Araújo dos Santos, representante da Mobicidade; Sr. Pablo Weiss, representante da Associação dos Ciclistas de Porto Alegre. O Ver. Bernardino Vendruscolo, Presidente desta audiência pública, está com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Boa noite a todos. O edital de convocação desta Audiência já foi lido pelo cerimonial; passo a ler o requerimento encaminhado ao Executivo (Lê.): “Ao cumprimentá-lo, cordialmente, convidamos-lhe para participar da audiência pública a ser realizada no dia 18 de novembro de 2013, às 19h, no Plenário Otávio Rocha, neste Legislativo, com o objetivo de debater o Projeto de Lei Complementar nº 010/2013, desse Executivo, que altera o art. 24 e revoga o § 2º, do art. 32 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009, que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências -, e incluiu anexo 6 à Lei Complementar nº 626, de 2009, criando o Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário (FMASC) e instituindo seu Conselho Gestor. Atenciosamente, Ver. Dr. Thiago Duarte –

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, ao Exmo. Sr. José Fortunati – Prefeito Municipal de Porto Alegre.”

Mesmo não havendo representação do Executivo no momento, vamos iniciar os nossos trabalhos. Quero, antes, cumprimentar a Lívia Araújo dos Santos, representante da Mobicidade; e o Sr. Pablo Weiss, representante da Associação dos Ciclistas de Porto Alegre. Antes, uma sugestão de trabalho que me apresenta o Diretor Legislativo: a possibilidade de inscrições, com tempo de 5 minutos cada um, podendo intercalar com os Vereadores, que têm a liberdade também de se inscrever, se o desejarem. Na abertura agora vou dar a palavra aos dois representantes que, pelo no nosso Regimento, terão 10 minutos. Vamos dividir porque não precisamos ser tão rígidos assim. Também não precisamos seguir muita rigidez no nosso caso porque temos que tentar fazer com que nossa reunião possa frutificar e atingir seus objetivos.

A Sra. Lívia Araújo dos Santos está com a palavra e, logo após, o Sr. Pablo Weiss fará a sua manifestação.

**A SRA. LÍVIA ARAÚJO DOS SANTOS:** A Mobicidade gostaria de passar um vídeo de cerca de três minutos antes do nosso pronunciamento, alusivo à questão que a gente quer apresentar.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

**A SRA. LÍVIA ARAÚJO DOS SANTOS:** Começando, tentando refletir porque apesar das promessas, essa Lei ainda não foi cumprida. Depois disso, alegou-se inconstitucionalidade no cumprimento dessa Lei; agora é apresentado um Projeto de Lei Complementar do Executivo revogando esse dispositivo que prevê a aplicação de 20% das multas arrecadadas em Porto Alegre para a construção de ciclovias e realização de campanhas de educação para o trânsito, voltadas a esse público. Na apresentação desse Projeto de Lei Complementar nº 010/2013, o Executivo justifica a revogação do art. 32, alegando que a aplicação imediata das verbas das multas não é possível, pois o dinheiro é arrecadado pelo Estado que só depois repassaria ao Município. Essa justificativa que eles dão não se sustenta porque ninguém, nem mesmo o Ministério Público, que, em princípio, tentou obrigar a Prefeitura cumprir a própria lei que eles apresentaram, está

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

exigindo que esse dinheiro seja investido imediatamente, mas, sim, que ele seja reservado unicamente para os fins previstos na Lei. De acordo com a EPTC, na época dessas primeiras discussões que surgiram no sentido de se cumprir o art. 32, os 20% não eram investidos, pois faltavam projetos para se construir ciclovias. O Promotor da Ordem Urbanística, Luciano Brasil, sugeriu a criação de um fundo municipal para armazenar esses recursos, evitando que eles fossem investidos em outros fins, até que esses projetos para a execução das ciclovias estivessem prontos. Esse fundo seria gerido pela Prefeitura, junto com a comunidade, definindo quais seriam as prioridades dos investimentos, só que no mesmo Projeto de Lei em que a Prefeitura propõe a criação do fundo, que é o atual projeto, ela tenta extinguir o dispositivo que obriga um investimento de 20% das multas, então, ele distorce o objetivo principal do fundo. Em setembro de 2011, como vocês puderam ver, o Secretário Municipal de Governança local, Cezar Busatto, garantiu em nome do Prefeito Fortunati, que a partir de 2012 a Prefeitura iria cumprir a Lei, mas pelo jeito isso foi uma manobra para calar os ciclistas que estavam freqüentando essas reuniões e acalmar os ânimos, porque, logo em seguida, o Governo entrou com uma Ação de Inconstitucionalidade dessa obrigatoriedade. O Governo perdeu essa ação porque o Tribunal de Justiça decidiu que esse art. 32 do Plano Diretor Ciclovitário era constitucional, porque os recursos que foram adquiridos por meio de multas não podem ser considerados como parte do Orçamento.

Uma coisa que chama bastante a atenção da Mobicidade, com a leitura da apresentação do Projeto de Lei e da carta que a Prefeitura anexou para justificar esse Projeto é que a gente nota o quanto a Prefeitura presta atenção nas suas próprias leis, porque nesse Projeto o Prefeito sequer cita a outra atribuição do art. 32, que é a realização de campanhas educativas no trânsito. A falta de foco que tem essa Administração para a questão da educação no trânsito, indiretamente acaba se refletindo nos flagrantes constantes de desrespeito, representando um risco à integridade física dos ciclistas – ignorância e indiferença em relação a uma convivência mais pacífica entre os usuários dos diversos modais de transporte que a gente tem aqui na Cidade. Na nossa opinião, isso é ser cúmplice das mortes que ocorreram, como a mais recente, do fiscal de lotação João Laurentino de Oliveira da Rosa, na Zona Norte, ou do Davi Santos de Moura, que foi atropelado por um caminhão de lixo em plena ciclovia da Restinga no começo deste ano. A gente entende que a revogação desse art. 32 é, de alguma maneira, sintomática,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

porque mostra que para a Prefeitura os seres humanos não são prioridade. O que a gente quer é apelar para que as pessoas passem a ser prioridade para a Prefeitura, para essa Administração, inclusive na destinação e na garantia desses recursos. É isso.

**O SR. PABLO WEISS:** Primeiramente, boa noite, membros da Mesa, Srs. Vereadores, colegas ciclistas, faço parte da Associação dos Ciclistas de Porto Alegre. Gostaria de chamar a atenção para um aspecto: qualquer audiência pública tem como base elucidar e esclarecer alguns fatos para decisões futuras. Nós estamos aqui, na Casa do Poder Legislativo Municipal, tentando elucidar uma situação de um Projeto que foi apresentado pelo Poder Executivo. Estamos em uma audiência pública, devidamente gerada através de um edital, e, por diversas outras vezes, nós já estivemos nesta mesma Casa falando sobre o mesmo tema: bicicleta, ciclismo, incentivo ao uso da bicicleta e respeito. Só que desta vez o que me impressiona é o número reduzido de Vereadores presentes nesta Audiência. Daqui de onde eu estou consigo visualizar uns três, não sei se existem mais Vereadores presentes. Então, eu pergunto: eu vejo um grande número de ciclistas, o que me deixa muito feliz, porque o número de participação de ciclistas vem crescendo muito nas reuniões e audiências, mas, em contraponto, eu vejo um número extremamente reduzido de Vereadores. Por que é que isso me impressiona? Nós estamos aqui para discutir um Projeto de Lei que altera o Plano Diretor Cicloviário. Quem vai decidir essa alteração são os Vereadores. E aí eu deixo o questionamento: onde estão os Vereadores para serem elucidados de todas as questões, porque nós, ciclistas, que somos os maiores interessados, temos bem mais conhecimento e estamos aqui para esclarecê-los. Onde estão os Vereadores? Não existe interesse no tema, não existe interesse no Projeto, não existe interesse no assunto bicicleta! Falar com os ciclistas, não digo que seja sem utilidade, mas com certeza todo o ciclista que veio nesta Audiência, hoje, certamente buscou o maior número de informações possíveis, e certamente está inteirado do assunto que está sendo discutido hoje; ao contrário dos Vereadores desta Casa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. PABLO WEISS:** Não, com certeza. Mas eu fiquei frustrado hoje de vir aqui – e acredito que todos os colegas ciclistas também tenham a mesma frustração –, por quê?

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

Porque o nosso objetivo era no mínimo esclarecer a situação atual que vem se apresentando – diria eu – nos últimos cinco anos. Para quem? Para quem vai votar a alteração de um Projeto que tanto nos interessa e que infelizmente não está presente hoje.

Deixando isso de lado, vamos dar continuidade: no ano de 2008, nós estivemos nesta mesma Casa, com alguns outros ciclistas – acho que uns dois ou três também estão presentes –, para discutirmos a aprovação do Plano Cicloviário. Na época, existia uma grande euforia; foi uma Audiência muito bonita, com a presença de muitos Vereadores, quase todos os Vereadores estavam presentes, quase todos os Vereadores foram favoráveis, e foi um plano de iniciativa do próprio Poder Executivo. Em 2009, nós tivemos a aprovação e a entrada em vigor dessa lei. Diria eu que a lei é muito benéfica e quase perfeita para qualquer pessoa que pretende andar de bicicleta, para qualquer cidadão que pretende uma cidade melhor, seja ele motorista, seja ele ciclista. É uma lei que foi muito bem elaborada. O problema não está na lei, o problema que se deu, desde 2009 até os dias de hoje, foi infelizmente o não cumprimento dessa lei. Se a lei tivesse sido minimamente cumprida, nós teríamos uma outra realidade em Porto Alegre. Até 2008, até a aprovação do Plano Cicloviário, nós tivemos uma grande movimentação dos ciclistas de Porto Alegre. Nós tivemos, no mínimo, cinco audiências, nós tivemos diversas outras reuniões e inúmeros debates com relação ao Plano Diretor Cicloviário. Depois da aprovação e da entrada em vigor, em 2009, nós tivemos um período de calma, certamente esperando que o Poder Executivo Municipal fizesse valer a lei e aplicasse a lei. Infelizmente, depois do atropelamento ocorrido com o movimento Massa Crítica, surgiu, de forma positiva, um novo diálogo entre os ciclistas, o Poder Legislativo Municipal e o Poder Executivo Municipal. Se não me engano, tivemos até uma outra audiência também aqui nesta Casa. O Poder Executivo Municipal buscou sempre ouvir os ciclistas com relação às melhorias que poderiam ocorrer, novas iniciativas que poderiam ser feitas em prol do uso da bicicleta. Infelizmente, acho que nós tivemos, no mínimo, uns vinte encontros com Secretários e Prefeitos, e desses vinte encontros, nada ocorreu. Realmente o diálogo existiu, os ciclistas foram ouvidos, mas, assim com a lei do Plano Diretor Cicloviário, nós não tivemos resultado nenhum disso, não se teve nenhuma aplicação disso. E, num desses encontros na EPTC, se não me engano, estavam presentes o Secretário Busatto e o Secretário Cappellari, quando sugerimos uma

---

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

implementação mais eficaz de ciclovias e de uma campanha educacional nos veículos de massa que, no momento, a Prefeitura alegou que não tinha recursos financeiros para fazer tal campanha aos veículos de massa. Surgiu então a situação da reserva dos 20% do valor das multas.

No momento em que foi levantada essa questão, o Secretário Busatto teve uma reação que demonstrou total desconhecimento desse artigo. Acho que tem outros colegas que estavam lá naquele momento, o Marcelo também estava. Ele olhou para a cara do Cappellari e perguntou “mas isso existe?” ou algo do tipo, e o Cappellari disse: “não, isso aí não vale”.

Então nós temos uma lei aprovada pelo Legislativo Municipal, sancionada pelo Executivo, que, dois Secretários, um diz que não existe, e o outro pergunta se existe, e o outro diz que não vale. A partir daí, para eu não me estender muito, nós tivemos toda a situação narrada pela Lúcia, que iniciativas do Ministério Público para reserva e cumprimento dos 20% resultaram numa tentativa de inconstitucionalidade de uma lei que foi de iniciativa do próprio Executivo. Essa iniciativa foi derrubada pelo Poder Judiciário, o qual determinou o cumprimento da lei.

Depois de tudo isso ou nesse mesmo tempo, nós tivemos a manifestação do Busatto afirmando que a lei seria cumprida, e, para nossa surpresa agora, em 2013, nós tivemos essa iniciativa de projeto de lei que busca reformular o art. 32 do Plano Diretor Cicloviário. O meu apelo hoje aqui é para os Srs. Vereadores, porque, para mim, essa situação é um absurdo, é um total absurdo. O próprio Poder Executivo lança a lei, o Legislativo aprova, o Executivo sanciona, entra em vigor, o Executivo não cumpre, e o próprio Executivo tenta mudar a própria lei que ele criou. Conversei com algumas pessoas que têm mais idade, que têm mais experiência política que eu, e me disseram que essa situação é da política, faz parte. Não, não faz parte da política, essa situação faz parte de uma política podre, com expressão da palavra. Faz parte de uma política de um Governo, de uma Administração que não tem moral, que usa a lei à sua própria conveniência. Então fica aqui o meu apelo aos poucos Vereadores presentes, que cabe a esta Casa impedir que esse desmando do Poder Executivo Municipal continue de fazer a lei quando bem quer, cumprir se quer e tentar reformular ao bel-prazer quando quer também. Cabe a vocês Vereadores, poucos presentes, hoje essa ideia para os demais, porque nós não estamos aqui simplesmente defendendo o valor que vai para as multas. Não, nós estamos aqui

defendendo muito mais do que isso, estamos aqui defendendo uma política digna, uma política honrada, uma política para o cidadão porto-alegrense que merece muito mais do que esse desmando e esse descabimento que a Prefeitura atual vem tentando fazer com as leis e essa gerencia absurda. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Sr. Gilberto Flach está com a palavra.

**O SR. GILBERTO FLACH:** Boa noite, pessoas queridas. Estou aqui em nome do Laboratório de Políticas Públicas – Lappus. Sou o Beto, colaborador voluntário do núcleo de cicloatividade desse laboratório Lappus. Originalmente, justamente, a ação de cobrança sobre o cumprimento dos 20% partiu de uma ação ampla na sociedade e teve como titular o Lappus, justamente, na representação, na época do atual Ver. Marcelo Sgarbossa e da equipe de ciclistas, que eu vejo muitos colaboradores aqui presentes. E eu queria retornar para algumas questões que o nosso laboratório, no papel de conservatório, vem verificando na cidade de Porto Alegre.

Particularmente, as pessoas que não pedalam ficam pensando: “Tá, mas o plano ciclovitário é ou não é bom?” Ele é excelente, concordo, é isso aí. O nosso plano ciclovitário é um ótimo plano, é o estudo que embasou a elaboração desse plano, realizado pela Logit, de São Paulo. Os guris pedalarão mil quilômetros aqui em Porto Alegre para elaborar um plano de aproximadamente 400 quilômetros. O nosso plano tem, no art. 17, um item muito curioso que diz que as ciclofaixas serão sempre unidirecionais – isso preservando a segurança de quem pedala. Elas serão no mesmo sentido do tráfego, e olhem lá em baixo: as ciclofaixas têm vedada a implantação, à esquerda do fluxo de veículos, nas vias arteriais. Obviamente que, numa via arterial, as pessoas andam mais. Então, não é conveniente colocar a ciclovia na esquerda, justamente ao lado da via mais rápida, como diz ali, elas deveriam ser colocadas junto ao passeio. Agora, aqui em Porto Alegre, é surpresa. Por exemplo, na Rua José do Patrocínio, a ciclofaixa bidirecional, na faixa de veículos, quando, lá em cima, diz que elas serão sempre unidirecionais. Aliás, um bom exemplo de que ela não é larga o suficiente é que, na própria inauguração, as pessoas precisaram invadir a pista contrária, porque não tem largura para uma pessoa ultrapassar a outra na ciclofaixa que está ali colocada. Além disso, surpresa: a Av.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

Juscelino Kubitschek, na Zona Norte, uma via arterial de segundo nível, está lá a ciclofaixa do lado esquerdo dos veículos, ao lado da pista mais rápida. Isso está acontecendo em Porto Alegre, quer dizer, a lei diz uma coisa, a obra mostra outra. O art. 19, por exemplo, do Plano Diretor Ciclovitário: são todos os projetos em construção e expansão das vias públicas que estão no PDCI devem ter lá a implantação do Sistema Ciclovitário previsto. Pergunta: e as trincheiras? A Anita Garibaldi, a Cristóvão Colombo, elas fazem parte do Plano Diretor Ciclovitário. Cadê o espaço das ciclofaixas? Dias atrás, aqui na CEDECONDH, o pessoal afirmou, categoricamente – dá para pedir as notas: não vamos fazer, por enquanto, na Av. Cristóvão Colombo. Foi o que disseram, não haverá infraestrutura lá. A lei diz uma coisa; a obra diz outra. Art. 10: são característica da rede ciclovitária de Porto Alegre rotas diretas, sem desvios, que proporcionem maior velocidade de deslocamento, sem causar conflitos com os diferentes modais. Está na lei, estou lendo aqui, tirado do Plano. Por outro lado, há a ciclovia da Av. Ipiranga, olhem aqui: troca de lado seis vezes, há semáforos que privilegiam o fluxo dos carros, o cara fica esperando, esperando, esperando... Conflitos com pedestres nas pontes, diversos tipos de obstáculos ali colocados. Por exemplo, isso aqui não é uma pista sem obstáculo, que privilegie a velocidade. Ou, então, a respeito dos gabaritos das ciclovias, isso aqui está no PDDUA, onde diz que na classificação das vias, ela deve obedecer a um gabarito de 2,80 a 4 metros. Ora, aqui não tem 2,80 a 4 metros, vamos combinar. Eu não fui lá medir com a trena, mas basta olhar e ver. Além disso, a ciclovia, quando for unidirecional, deve ter, no mínimo, dois metros e no máximo 2,80; ou, quando for bidirecional, 2,80 a 4 metros. Bidirecional é a Rua José do Patrocínio, por exemplo. Agora, a gente vê, por exemplo, a Av. Ipiranga, uma ciclovia bidirecional, 2,80 a 4 metros, vai sair assim, falta pintar aqui. Essa foto é de vocês, não é, Paulo? (Risos.) Então, é assim que está acontecendo. Por outro lado, a gente se depara com esse projeto de lei que tenta revogar justamente esse dispositivo. Bem, no início, no dia 2 de janeiro, foi aqui protocolado um projeto que criava justamente o fundo e não criava essa revogação. Agora a pergunta que fica é se isso é uma surpresa. Será que isso é uma surpresa? Do ponto de vista das obras que vêm acontecendo, não me parece que esta é mais uma ação da Administração Municipal, é na contramão da construção das ciclovias. Aí está o Tribunal de Justiça dizendo que está tudo valendo, etc. e tal. A pergunta que a gente apresenta é que isso não se trata de surpresa. Eu uso um ditado chinês para concluir. O



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

ditado diz que sempre é possível fazer algum barulho para acordar alguém que está dormindo, mas não existe barulho algum no planeta que acorde uma pessoa que finge estar dormindo. Não dá para acordar alguém que finge que dorme. Então, o nosso recado, do Laboratório de Políticas Públicas, é: por favor, não mutilem o plano ciclovitário de Porto Alegre. Quem concorda com isso permaneça como está. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Sr. Marcelo Kalil, colaborador do *blog* *Vá de Bici*, está com a palavra.

**O SR. MARCELO KALIL:** Boa noite a todos. Desculpem-me, mas os que acreditam que vivemos em uma democracia estão profundamente enganados. Isto aqui não é uma democracia. (Palmas.) Esta é uma das poucas ferramentas que a gente tem para sermos ouvidos pelos governantes, e onde está o Executivo? Onde estão os Vereadores? Vejo três, quatro, no máximo. Então, está na hora de mudar alguma coisa aqui. Para mim, eu já ocupava isto aqui de novo. (Palmas.) Mas, enfim, havia duas coisas que eu queria fazer quando falasse aqui: uma delas era questionar o Executivo, perguntar por que eles mudaram de ideia. Em 2011, eles prometeram que iriam cumprir; em 2012, disseram que não iriam mais, e agora estão até hoje tentando mudar, mas ainda não conseguiram. Vamos torcer para que eles continuem não conseguindo. Outra coisa que eu queria dizer é que a gente não pode ficar refém das empreiteiras, porque, tirando os 20% das multas, que é uma das verbas, a outra verba é contrapartida de obras, e a gente não pode ficar esperando que o plano ciclovitário seja de acordo com as obras que estão sendo feitas, torcendo para que sejam aprovadas novas obras, que façam mais *shoppings*, que façam mais coisas para que a gente tenha ciclovia. Eu não quero uma cidade que seja puro *shopping center*. Em Pelotas, a Prefeitura emprestou máscara de estêncil, tinta e um caminhão para os ativistas, que foram e pintaram, os *black boxes*. Qual é o custo que tem isso? Nenhum. Só falta boa vontade. Falta que a gente seja ouvido. Eu queria só dizer que eu espero que os Vereadores aqui presentes vejam que... Tem alguém aqui a favor desse projeto de lei? Por favor, levantem a mão. Os Vereadores também, Brasinha, Bernardino. Eu não vejo ninguém a favor. Que a Câmara ouça a população e que façam algo para impedir que este projeto avance e que seja aprovado. Mais uma vez, isso seria

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

um retrocesso para a nossa Cidade. A gente está cansado disso, e não fiquem surpresos com mais protestos. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Eu queria cumprimentar todos e todas. Acho que fica fácil falar depois da exposição que vocês fizeram, tanto do histórico, Pablo e a Livia, por todos os dados trazidos pelo Beto e depois da crítica corretíssima do Marcelo Kalil. Eu acho que estamos vivendo uma farsa de democracia. Por exemplo, o fato de o Executivo se recusar a mandar representação a uma audiência pública, na Câmara de Vereadores, sobre um projeto de autoria do Executivo, para mim é um absurdo inaceitável. É uma violação a qualquer respeito: com ciclistas, com a Cidade e com qualquer possibilidade de ter um processo de escuta, de debate, de cobrança dos compromissos assumidos em 2011 e depois reassumidos durante o processo judicial em que o Judiciário foi enfático, apesar da posição política da Prefeitura de querer revogar os 20% das multas de trânsito; que, para além dos recursos dos R\$ 6.000.000,00 que deixaram de ser investidos em 2010 e, mais do que isso, em 2011 e em 2012, tem a ver com a possibilidade de educação para o trânsito e um conceito de Cidade. Eu confesso para vocês – eu estava sentada vendo isso, além, claro, do baixo quórum da Câmara – que fico revoltadíssima porque os autores dos projetos não vêm discutir os projetos porque não querem ouvir as críticas. Parece que o Governo é uma criança mimada que, quando o jogo não está conforme o que ele quer, ele pega a bola e diz: “O jogo terminou”. Isso é uma vergonha! Um governo não pode se postar dessa maneira diante da Cidade, diante de vocês, diante de qualquer tema que fosse discutido nesta Câmara. (Palmas.) Isso é inaceitável. Isso aconteceu justamente durante a audiência pública em que se questionou o projeto de revitalização da orla ou privatização da orla, como se queira definir, que quer transformar uma praça como a Júlio Mesquita num estacionamento, naquela lógica de *shopping center* por tudo: parque virar estacionamento e, mais uma vez, se facilitar o uso de carro em detrimento da bicicleta, do transporte coletivo público, porque, até agora, não foi licitado – o que derrubou a passagem em Porto Alegre foi a mobilização da juventude, dos rodoviários e a nossa ação jurídica e política –; o transporte hidroviário e as promessas

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

intermináveis que aparecem no período de campanha eleitoral, lamentavelmente, e depois somem. Isso é uma vergonha. Isso não é política. Tu estavas falando; eu estava te ouvindo. Eu anotei aqui: isso é politicagem.

E eu acho que... eu sei do descontentamento de vocês, tanto de quem estava aqui no plenário querendo debater, dizendo que estava baixo o quórum. Todos os que falaram até agora sobre a ausência do Governo ou a ausência dos Vereadores, não preciso dizer da opinião do PSOL, mas sempre é bom reafirmar, obviamente nós vamos votar contra esse projeto que retira os 20% da multa e seguir batalhando para que o Plano Diretor Cicloviário seja executado, porque foram muito bem trazidos exemplos, primeiro a má execução do Plano Diretor Cicloviário, depois vale a pena ver o que prevê o Plano Diretor: 490 quilômetros, e os menos de 20 que nós temos em Porto Alegre diante de uma Prefeitura que não quer investir nas ciclovias e nas ciclofaixas que não envolvem dinheiro, e na tinta que tu falaste, e agora retira um pouco de previsão orçamentária que nós tínhamos.

Obviamente, nós vamos votar contra, e aqui eu falo em meu nome e em nome do Ver. Pedro Ruas, porque somos a Bancada do PSOL, aqui na Câmara, mas tenho certeza de que a mobilização de vocês é que pode derrotar esse retrocesso que está na contramão da história, a mobilização dos ciclistas junto conosco, junto com as entidades ambientalistas, junto com a Cidade, aqueles que estão lutando justamente por esses projetos que viabilizem a bicicleta como meio de transporte, um projeto que respeite o ambiente, projetos que respeitem os cidadãos, projetos que respeitem a vida. Essas pessoas é que podem garantir que a Câmara rejeite esse projeto, porque infelizmente a Câmara tem 24 Vereadores da base do Governo, e nós precisamos de mobilização para trazer as grandes conquistas que Porto Alegre precisa e que o Brasil precisa de um modo geral. Infelizmente, os Governos e os Parlamentos seguem mudos, cegos e surdos diante do recado que a juventude deu em junho, que está cansada de falsas promessas, que está cansada de politicagem e que quer mais democracia, mais cidadania, mais possibilidade de intervir na política e na economia.

Então, diante dessa surdez, é fundamental a mobilização de vocês, da gente. Quero parabenizar vocês que estão aqui hoje e dizer que, apesar do descontentamento, da ausência do Governo e do quórum, é importante que a gente saia mais firme e mais forte dessa mobilização para fazer essa luta e garantir que esse projeto seja derrotado.

Parabéns pela presença e contem comigo. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Sr. Carlos Eduardo de Carvalho Filho, do Mobicidade, está com a palavra.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE CARVALHO FILHO:** Boa noite à Mesa; boa noite a todos os presentes. Eu queria começar a minha fala, fazendo um pedido a vocês. Eu queria que, por um instante, nós deixássemos de ser ciclistas, nós deixássemos de ser Vereadores, nós deixássemos de ser motoristas, e nós fôssemos moradores de Porto Alegre. Eu queria que cada um pensasse um segundinho assim, quando se vai fazer essa locomoção, seja ela de bicicleta, de carro ou da maneira como você faz no dia a dia, se essa locomoção é agradável. Alguém responde para mim que sim? Alguém aqui vai falar que adora se locomover em Porto Alegre? Nem os motoristas de carro vão falar que gostam, porque eles também estão trancados. Eu saí da Av. Carlos Gomes, e cheguei de lá até aqui, de bicicleta, em aproximadamente 20 minutos, e tenho certeza de que, se alguém fizesse esse mesmo trajeto, chegaria pelo menos 20 minutos depois de mim, com 40 minutos de diferença. E por que eu estou falando isso? Porque o que nós estamos discutindo aqui não é uma questão de bicicleta ou de carro; estamos falando aqui de uma solução melhor para a nossa cidade, uma solução para as pessoas poderem se locomover de uma maneira mais prazerosa, seja ela de bicicleta, para quem quer andar de bicicleta; seja ela de carro, para quem anda de carro. O que não dá é a gente fazer uma imposição da maneira como as pessoas devem se locomover. Eu podia ficar falando sobre o que a Livia falou, sobre o que o Pablo falou, sobre o que Beto falou, sobre o quanto eu acho triste, lamentável, ridículo, revoltante a não presença do Executivo e o baixo quórum dos Vereadores. Mas, sinceramente, hoje, eu não vejo função nessa fala. E, agora, eu queria propor a suspensão da votação desse Projeto de Lei até que a gente tenha uma audiência pública digna de audiência pública (Palmas.), até que quem vá falar alguma coisa neste plenário tenha como ser ouvido. Sinceramente, a única coisa que eu tenho a dizer hoje é que mais de três mil pessoas colocaram seus nomes no abaixo-assinado. Um monte de gente se locomoveu até aqui para falar para quem? Então, o que eu proponho é que não haja votação até que tenhamos uma audiência pública descente, justa. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Sr. Luiz Alberto Mascarini está com a palavra.

**O SR. LUIZ ALBERTO MASCARINI:** Boa noite à Mesa, aos presentes na audiência, a minha colaboração é como colaborador e voluntário da Lappus, e eu gostaria de colocar alguns dados básicos, que as pessoas conhecem, mas talvez a gente esqueça.

Cerca de 20% da população, ou menos, utiliza o transporte privado com automóvel, e essa pequena fatia da população tem ocupado 80% das vias, e mesmo assim, essa fatia pequena da população não está conseguindo se deslocar.

Hoje eu vim de carro, levei muito mais que o Cadu, levei quase uma hora para chegar aqui. Então, mesmo a fatia menor não está sendo beneficiada por esse processo de priorizar o transporte privado.

Em contrapartida, países como a Dinamarca, a Holanda, que tiveram problemas de trânsito há 40 anos e que optaram pelo transporte com ciclovias, hoje em dia, têm uma malha viária de ciclovias que fazem inveja em diversos países, e cerca de 30% da população utiliza esse tipo de transporte, com ganhos de saúde, e, principalmente, também, com ganhos para o comércio local que aumentou as suas vendas com um maior fluxo de pessoas através das ciclovias.

Então, eu perguntaria, quem ganha nesse contexto com a não implementação do plano cicloviário como está hoje? Realmente, eu não sei.

Porque mesmo quem anda com automóvel perde com isso, toda a população perde. Não teria nem o que se questionar nesse caso. Realmente, eu não sei o porquê. Gostaria de lembrar isso, e agradeço pela participação. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Sr. Sylvio Nogueira está com a palavra.

**O SR. SYLVIO NOGUEIRA:** Boa noite a todos. Meio ambiente e bicicleta combinam, são parceiros. Por isso estamos aqui para participar desta Audiência Pública, entre aspas. Porque, na realidade, não é pública; nós estamos reunidos entre quatro paredes.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

Eu descobri, tempos atrás, quando teve uma audiência pública aqui, eu fui pedir uma cópia; isso aqui não é televisionado, aqui só é televisionado quando os Vereadores estão presentes, aí a população de Porto Alegre e do Estado assiste as Sessões plenárias, mas as Audiências Públicas são, praticamente, secretas. Nós estamos entre quatro paredes.

Claro, porque, talvez, a população vá ouvir certas verdades que os detentores do poder não queiram que sejam ouvidas. A voz da população!

Só querem que sejam ouvidos aqueles representantes, entre aspas, do Poder Executivo, enfim, de outras instâncias políticas, então, fazem os seus discursos aqui, mas as falas das entidades populares não podem ser transmitidas, não podem ser ouvidas pelo conjunto da população.

O contrato que rege a empresa, aqui, que faz esse trabalho, não consta este item aqui. Então, assim, os Vereadores não estão presentes, mesmo porque houve uma audiência pública, aqui, dias atrás, em que o Poder Executivo e as Câmaras de Vereadores, nesse sentido, ouviram certas questões que não gostaram, e o Poder Executivo disse que não iria mais às audiências públicas, e por isso não está aqui presente, neste momento. Quando o povo fala as verdades para o Poder Executivo e para muitos de seus dirigentes, eles não querem mais ouvir, então não vão às audiências públicas. Por isso esta audiência pública, em certo sentido, é uma farsa. Isso aqui é formal, mas quem disse que audiência pública tem que ter formalidade? Eu não vou falar sobre as questões dos planos cicloviários e tudo mais, mas posso afirmar, também, que o Plano Diretor Cicloviário foi feito por uma consultoria, paga pelo Município, e que agora está sendo questionado pelo Poder Executivo, que pagou para que a consultoria fizesse esse Plano. É uma coisa espantosa, e parece que esta Câmara – a maioria dos seus integrantes, pelo menos – vai assumir essa posição do Poder Executivo. Quer dizer que é uma coisa que passa pelo que se quer, “se foi aprovado, não me importa, porque temos a maioria, então vamos desaprovar tudo o que aprovamos no passado”. É essa a questão! Nós estamos metidos nesse bordel político, que é essa situação objetiva. Eu não vou me estender sobre a questão do plano cicloviário, se tem legislação... Eles têm que cumprir a lei! As leis estão aí para serem cumpridas. Nós pagamos para uma consultoria, e tem uma lei que diz que parte dos recursos tem que ser dada ao plano cicloviário, então que se cumpra a legislação, mesmo porque essas direções do Governo passam a imitar os belos exemplos que Buenos Aires e Paris têm e que, então, nós deveríamos ter. Foram agora a

---

pág. 14

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

São Francisco/EUA, porque eles também têm um projeto econômico que nós deveríamos ter. Mas os projetos que fazem os estados civilizados, por exemplo, da Europa, que apostam nas bicicletas e nas ciclovias, não são feitos aqui em Porto Alegre. Estão questionando os recursos necessários para implementar um projeto cicloviário, cuja lei, como já foi dito aqui, não é cumprida na sua integralidade. É essa a questão que nós estamos vivenciando hoje. Nessa questão, nós temos que não só vir aqui, mas também ir às ruas, fazer uma passeata com as bicicletas, convocando amplamente a todos para participarem, fazer propaganda sobre essa lei, que é importante para dar à população de Porto Alegre mais saúde e uma melhor mobilidade. Não podemos mais vivenciar um trânsito em que demoramos, do Shopping Praia de Belas até o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, aqui, 40 minutos dentro do ônibus. Então vocês, juventude que aqui está, tem que ter isso presente. Não vamos aceitar que esse atributo que interessa à população de Porto Alegre, que interessa à saúde do porto-alegrense, que não gera um clima e um meio ambiente insalubre, possa realmente ser mantido para que tenhamos uma Cidade mais humana e mais digna para toda a população. É isso o que deve ser feito. Vocês, que são jovens, devem ter a possibilidade dessa luta, porque o que está aí tem que ser viabilizado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Sr. Aires Frederico Becker, da Lappus, está com a palavra.

**O SR. AIRES FREDERICO BECKER:** Boa noite a todos os participantes presentes – todos aqui, em geral, já conhecidos. Estou vendo a Ver.<sup>a</sup> Fernanda – não sei se tem mais algum presente –, e, como Vereador da situação, eu tinha observado o Ver. Brasinha – não sei se ainda está presente. Infelizmente, fico frustrado, aqui, como a maioria, pelas ausências. Houve um questionamento do Marcelo, na Mesa, que perguntou o que mudou desde o plano do Secretário Busatto, que apresentou ali na tela, na presença de alguns de nós, a intenção de pagar a construção das ciclovias, e o momento atual. Infelizmente, o que parece é que existe uma certa birra da Prefeitura, porque eu não acredito que esta Administração possa ser tão ignorante, tão absurdamente burra ou incompetente a ponto de negar todos os pontos das demandas populares de Porto Alegre. A impressão que eu tenho é que o nosso Líder da Administração Municipal tem um certo complexo de

---

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

perseguição ou alguma coisa assim, e ele, de certa forma, nega-se a acolher ou acatar qualquer coisa que venha de demanda de mobilização popular. Então eu até assisti com muita atenção a manifestação da Ver.<sup>a</sup> Fernanda, e, às vezes, me dá um desalento de pensar assim: talvez se nós não estivéssemos aqui, talvez esta ciclovia estivessem andando. (Palmas.) Porque as manifestações do Prefeito elas são assim: “Isso é coisa da oposição, eu não posso ceder” – porque são opositores ele não pode atender os opositores. Quanto às questões de mérito, acho que não tem mais o que dizer, eu acho que são consensos. Eu acho que o que fica aqui, desta noite, é esta pobreza, este desmantelamento político, a consciência desse enfraquecimento. Mas esse enfraquecimento – eu vou dizer uma coisa para vocês: isso não é nosso, nós não temos enfraquecimento, porque os erros estão aí, os erros estão na rua, são as obras, é a desordem que está nossa Cidade, são os buracos acontecendo, são as inundações, são as árvores que já estão fazendo falta – está tudo errado! Isso aí são coisas que não adianta botar a máscara do jumento que está tocando a carroça e não querer olhar para o lado, e não querer ver e dizer que isso são intrigas da oposição, que são questões políticas, essas coisas vão transparecer: o trânsito vai seguir cada vez pior, o risco de morte na Cidade é grande; nada é feito pela segurança, nesse final de semana morreram dezenas de pessoas no trânsito, inclusive uma menina de quinze anos. Eu aqui até paro, que não seja um minuto de silêncio, um segundo de silêncio, porque eu sou acostumado a buscar meus filhos de dezesseis, dezessete anos, à noite também, de carro, eu sei o que é a insegurança dessa Cidade. Eu acho que nós sofremos cotidianamente uma violência, a do risco de morte como ciclista. Eu acho que esse Projeto que tem na Prefeitura é uma grande violência, é uma violência contra a segurança de cada um de nós. Sobre as ciclovias já foi feita alguma explicação ali sobre elas, esse projeto que está sendo feito agora por último é um paradoxo, porque uma ciclovia que busca segurança e que larga o ciclista em insegurança no cruzamento onde é a parte mais perigosa. Então, a falta de planejamento da Prefeitura não se manifesta só nisso, ela se manifesta em uma série de outras ignorâncias que estão sendo praticadas e essas coisas elas não vão ser escondidas, elas vão aparecer com o tempo e toda a população, simplesmente, um pequeno grupo de pioneiros aqui, que tem as primeiras ideias, que tem as primeiras visões; o restante das pessoas vai acabar se dando conta por que Porto Alegre não é



uma exceção no mundo, e todo mundo tem um alinhamento, uma coisa a evoluir e Porto Alegre vai evoluir nesse sentido, é o sentido da história. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Com a palavra o Sr. Fabrizio Arriens, da Midiatize.

**O SR. FABRIZIO ARRIENS:** Então, é meio complicado vir aqui e falar para todo mundo, quem me conhece sabe que eu não gosto de dar discursos, e eu sempre evito vir para o microfone para ter que falar, mas hoje está meio difícil de ficar quieto. Eu não vou falar das ciclovias, porque eu acho que os colegas já falaram nos pontos mais importantes, como o tamanho das ciclovias e a extensão delas, enfim. Eu quero falar do que está acontecendo em Porto Alegre, que é esta falta de respeito: a falta de respeito no trânsito e a falta de respeito da Administração com os compromissos que ela assume. Realmente, não estou entendendo por que a gente veio aqui, se é só para aparecer nas fotos; para algum vídeo, se a gente, ao menos, está aparecendo na TVCâmara, ao vivo, ou se vocês cortaram o sinal – eu queria saber quem está nos ouvindo aqui? Se não é o Fortunati, se não é o Presidente da Câmara, Thiago Duarte, quem está nos ouvindo aqui? Eu queria saber também onde são feitas as decisões desta Cidade, se elas não são feitas aqui? Será que elas são feitas na Churrascaria Garcia? Será que é lá o local onde se tomam as decisões mais importantes da Cidade? Das obras que devem ser feitas? Porque a população vem aqui, quer ser ouvida e não é recebida por ninguém, por nenhuma autoridade. Eu não fui eleito para estar aqui, eu quero saber quem é que foi eleito e que deveria estar aqui falando no meu nome. Cadê essa pessoa? O que está acontecendo é essa falta de respeito, e a gente tem que mudar isso de algum jeito. Eu não sei como mudar, talvez alguém aí saiba, mas baixar a cabeça, sair por essa porta e não voltar mais aqui dentro é o que não vai acontecer, porque a gente vai voltar cada vez mais aqui, nem que a gente tenha que dormir aqui outras vezes, porque, realmente, está um absurdo essa situação. É isso. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Só um esclarecimento: eu estou representando o Ver. Dr. Thiago, Presidente da Casa. O Sr. Gonzalo Durán está com a palavra.

**O SR. GONZALO DURÁN:** Boa noite a todos. Obrigado pela oportunidade. Eu gostaria de fazer um registro oficial nesta não audiência pública, que é a ausência de José Fortunati, Prefeito da Cidade; a ausência de Sebastião Melo, Vice-Prefeito da Cidade; a ausência do Sr. Zacher, Secretário da SMOV; a ausência de Vanderlei Cappellari, Diretor-Presidente da EPTC, e por aí vai.

Eu não sou de partido nenhum, eu não sou partidário de nenhuma força política; eu sou cidadão, contribuinte e gostaria de saber o que diz a lei, quando tem audiência pública, para não ter um servidor público explicando os motivos da mudança da lei. Eu gostaria de saber se tem divisão de poderes em Porto Alegre, e se o Executivo não está cumprindo, não está honrando as suas obrigações com a cidadania quando tem uma audiência pública, por isso estou questionando se isto é uma audiência pública. O Legislativo vai cobrar do Executivo as responsabilidades subsequentes? Eu gostaria de uma explicação. Eu vim aqui para escutar, eu posso ser convencido, porque não sou político... Quer dizer, eu não sou partidário, político eu sou, senão eu não estaria aqui, mas eu não sou partidário. Eu poderia ser convencido de que não é muito bom neste novo modelo de lei para isso, para aquilo, mas o único representante que tem aqui o Executivo é a Polícia municipal. (Palmas.) Então, será que a representação que Prefeitura resolveu mandar para um remedo, para uma piada de audiência pública – desculpem, eu não quero desrespeitar a Casa, mas não foi honrada como deveria... (Ininteligível.) ...sua força coercitiva. É isso que a gente está merecendo? Estamos entrando na distopia em Porto Alegre? Eu queria perguntar a esta Casa o que diz a lei com respeito ao não comparecimento de nenhum servidor público quando tem audiência pública. O que diz a lei quando tem audiência pública? Eu pago os meus impostos e eu quero um servidor público explicando por que vão... (Ininteligível.) ...de 20% das ciclovias e vão mudar a lei. Eu quero saber onde está o representante do Poder Público para me conformar. Eu estou esperando uma resposta da Casa, porque eu estou perguntando para a Casa se o Legislativo vai cobrar a falta de cumprimento com o povo quando tem audiência pública. Por isso estou duvidando se o senhor está presidindo uma audiência pública. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Sr. Durán, eu vou lhe pedir encarecidamente: vamos fazer a nossa parte, todos nós.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Só quero ajudar com relação ao tema do encaminhamento. Boa noite a todos. Ver. Bernardino, o Diretor Legislativo está dizendo... Eu comentava aqui com alguns dos presentes que, de fato, depois da audiência da orla, a Prefeitura anunciou que não viria mais em audiência pública. Eu não achei que ela daria consequência a um desrespeito a esta Casa e à cidadania, mas nós podemos convocar o Prefeito, que não foi convocado, para a audiência, nós temos instrumentos para convocá-lo, e eu gostaria que o Diretor Legislativo pudesse nos esclarecer quais, porque é um acinte com um poder e com a democracia, ou seja, com o povo de Porto Alegre.

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Vereadora, a senhora chegou agora, vou fazer uma leitura do que eu, propositadamente, fiz na abertura, para que todos ficassem esclarecidos: “Ofício nº 1.180, de 2013, do Presidente da Casa, Dr. Thiago Duarte, ao Excelentíssimo Sr. Prefeito José Fortunati. Ao cumprimentá-lo, convidamos-lhe para participar da audiência pública a ser realizada no dia 18 de novembro de 2013, às 19h, no Plenário Otávio Rocha, neste Legislativo, com objetivo de debater o Projeto de Lei Complementar nº 010/2013 deste Executivo, que altera o art. 24 e revoga o §2º do art. 32 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009, que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências. Inclui anexo 6 à Lei Complementar nº 626/2009, criando o Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário”. O convite foi, Vereadora. E este Presidente – este Presidente – não pode responder mais nada do que isso neste momento, porque este Presidente também não sabia que o Prefeito não ia vir. Então, eu não posso... O que eu vou fazer? Vamos tocar nós aqui, estamos tocando.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Vamos manter a calma, nós estamos indo bem. O que o Diretor Legislativo me diz e com propriedade? Há um outro procedimento que não este, que é um encaminhamento aprovado pelo plenário da Casa,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

pelos Vereadores, convocando a autoridade a dar as devidas explicações e os esclarecimentos. Só que este... Pessoal, por favor! Eu sei que... A Ver.<sup>a</sup> Sofia, inclusive, ela já jantou, eu não jantei ainda! Vereadora, a senhora foi Presidente da Casa, a senhora sabe. Gente, só um pouquinho... A Vereadora sabe, e me alertam sobre isso. A senhora faça um encaminhamento, e isso é aprovado no plenário. Se a Câmara de Vereadores aprovar a convocação do Prefeito, pronto, vai ser convocado!

Vamos completar esta rodada aqui, nós estamos indo bem. O que nos toca para fazer hoje nós estamos fazendo. Eu não posso... Eu não sou nem da oposição, nem da base do Governo; eu estou representando a Casa aqui, e não dá para fazer milagres. Vamos tocar, tem mais gente para falar. Depois, sei lá, acho que o encaminhamento mais... não vou dizer confortável, mas mais dentro daquilo que é possível é esse ofício da Vereadora encaminhando para convocar, um requerimento que convoca, mas tem que ser aprovado pela Casa, isso tem base legal no Regimento. A próxima inscrição é do Sr. André Gomide Nunes.

**O SR. ANDRÉ GOMIDE NUNES:** Boa noite a todos os meus colegas de pedal e àqueles que não são também, que eu não conheço; boa noite ao Ver. Vendruscolo, representando aqui o Legislativo. Mas será que o senhor, realmente, está representando o Legislativo? O senhor tem pensado nisso? Cadê o Legislativo? O senhor representa o Legislativo como uma pessoa, o senhor está aqui segurando um rojão sozinho! Porque os seus colegas Vereadores não estão aqui presentes para nos encarar! Eles não tiveram coragem de vir aqui conversar com os cidadãos, porque aqui não tem ninguém revoltado, o senhor está vendo, está na santa paz. Eu não sei o que os colegas Guardas Municipais, concursados como eu, devem estar tão indignados quanto eu, porque eles também são cidadãos, eles também pagam impostos para ser ouvidos numa audiência pública, uma audiência pública totalmente esvaziada, vazia! Mas vazia no sentido amplo da palavra. Eu gostaria de saber do Sr. Presidente se a Câmara não se sente desrespeitada por esta decisão do Executivo de não comparecer e não dar a palavra para o seu cidadão, não querer escutar. A vontade que eu tinha era de estar falando aqui de costas para todo o mundo, como a Câmara fala diariamente. Eu tenho que ouvir em Sessões públicas pela Internet a que eu assisto regularmente: em dia de votação de nome de rua, lotado; em dia de votação de Cidadão Honorífico da Cidade: lotado; no dia em que estou decidindo uma questão para a

---

pág. 20

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

Cidade: vazio! (Palmas.) Eco! Eco aqui dentro é só o que se escuta! Eu estou cansado de falar sozinho. E o que o colega colocou antes é uma verdade: nós somos 50 hoje aqui. Na próxima, é compromisso pessoal, eu, sozinho, conseguir mais 50 amigos. E acho que cada um aqui tem a obrigação de trazer mais 50! Chega! Vocês não estão escutando, vocês não estão conseguindo escutar, Vereadora! É um desrespeito com a gente! Eu não consegui tecer uma linha sobre o Plano Cicloviário! E eu não tenho por que tecer, porque eu não escutei nada, não veio ninguém para falar. Eu peço desculpa para o senhor por ter me exaltado aqui na palavra, não é pessoal, mas para mim a água transbordou no copo. Chega, Prefeitura de Porto Alegre! Ela quer guerra com o cidadão? Ela vai ter! (Palmas.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Senhores e senhoras, eu até me sinto um pouco confortada, porque a impotência que vocês sentem aqui, nós sentimos quase que diariamente nesta Casa. O último episódio vivido aqui, por mim, especialmente, foi um veto absurdo do Prefeito de Porto Alegre a uma norma para a Cidade que tinha que ter brinquedo adaptado para criança com deficiência nas escolas, pelo menos um. E o argumento – sei que não tem nada a ver com o tema, mas é muito importante para entendermos com quem estamos lidando – era de que essa já é uma política da Secretaria, “não venha o Parlamento se imiscuir”. E não valeu dizer que nós queríamos uma norma para além dos governos, para além da Prefeitura de Porto Alegre e das escolas municipais e que era uma imperiosidade da inclusão e uma contribuição do Parlamento – não valeu. E a ferro e a fogo foi mantido o veto nesta Casa, veto político de um governo autocrático, porque é isso que está acontecendo na cidade de Porto Alegre. Mas não é em relação a uma iniciativa da Vereadora de oposição, é em relação a todas as pautas que a Cidade tem levantado e que a cidadania tem dito que quer a mediação do seu representante legal da democracia representativa em relação ao poder econômico, em relação às obras da Copa, em relação seja lá o que for. Por outro lado, é um acinte, um desrespeito que vem, que emana de quem é eleito pelo povo em relação ao povo, como é este projeto de lei. É um acinte na cara de quem luta para alterar, para equilibrar, para dar fôlego para a mobilidade na nossa Cidade; para respeitar meio ambiente, para conseguirmos viabilizar a Cidade. As razões, não preciso dizer para vocês que é um grupo que está todo dia pautando esse tema.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

O governo parece que ri da cara da população. Pinta de um lado um espaço para a bicicleta e do outro tira a viabilidade, de fato, de alterar a situação em Porto Alegre. E o fato de decidir não vir a esta Casa não tem nada que justifique, porque a Constituição brasileira, minimamente, divide o poder, Ver. Bernardino. E aí quero ser solidário a V. Exa., que não tem responsabilidade sobre isso, está escutando como nós estamos escutando. Mas, minimamente, se dispor a ouvir a população a quem ela é devedora do poder e do voto, ou, minimamente, Ver. Bernardino, cumprir a Constituição: o poder emana do povo e ele será exercido em seu nome, ou diretamente pelo povo ou pelos seus representantes.

Então, nesta Cidade, está se rasgando a democracia. Nós temos visto isso caso após caso, tema após tema, com uma fachada, com um discurso na Europa, em Paris, nos Estados Unidos, de democracia participativa, de governança local, de inovação, de etc. É muito sério! Aplicação na maioria, aplicação do autoritarismo, do deboche, da arrogância, de despeito, numa cidade onde a gente reinventou a democracia. Porto Alegre é conhecida no mundo. A gente tinha aqui quinta-feira o Ingo Schulze dizendo que conheceu Porto Alegre sabendo da sua reinvenção da democracia. E fazem isso com a população de Porto Alegre, com o povo da Anita, com a escola Amigos do Verde – nós estamos indo lá semana que vem. Simplesmente, revogaram uma APA, sabem o que é isso? Revogar uma Área de Proteção Ambiental? Sumiram com o processo de tombamento do prédio e vão tirar três metros! E tiram! E as árvores que estavam ali na Cristóvão eram compensação de uma obra, e a escola pediu para serem replantadas. A escola estava ativada para isso e a Prefeitura à noite, de uma hora para outra, tirou as árvores, que eram compensação de alguma coisa, de alguma vez, e tirou! Tirou a despeito do que o cidadão possa achar disso. São tempos muito duros. Eu quero dizer a vocês que são tempos muito duros!

Nesta Casa, se investiga e se tenta criminalizar a ocupação. A ocupação foi organizada, foi propositiva, e a juventude que estava acampada aqui fez questão, Ver. Pujol, de sair daqui e fazer uma revisão com o Ministério Público, com a Direção da Casa, com a Justiça. Não tinham nada para esconder, queriam falar. Hoje se entende porque a população tem que agir com força para poder falar, para poder ser ouvido. E aquela ocupação belíssima não deu em nada, sequer os projetos estão andando aqui, sequer o

Prefeito disse: “Eu vou olhar o passe livre”. O Prefeito não disse nada, nada sobre o que foi proposto!

Então, o que eu quero dizer aqui é que é muito grave, são muito sérios os tempos em que nós estamos vivendo. Contem conosco para não permitir esse retrocesso no tema da ciclovia, porque é emblemático! Vai quebrar a coluna vertebral desse bravo povo de Porto Alegre que construiu perspectiva para a cidadania! Então, nós não vamos admitir, estamos cerrando fileiras com vocês. A Casa do Povo tem que escutar? Tem que escutar, mas para a Prefeitura de Porto Alegre temos que falar mais alto. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa noite a todos e a todas. Não peguei as falas anteriores, mas acredito que o Beto ilustrou bem como é. Não é só uma questão do desrespeito aos 20%; é toda uma trajetória, inclusive na largura, as faixas continuam sendo pintadas de vermelho, toda vermelha, quando não precisava, não é, Marcelo? As pessoas continuam caindo e assim por diante.

Primeiro, a gente tem que colocar uma questão do método. O método das audiências públicas, mesmo quando a Prefeitura tem comparecido, não tem servido para muita coisa, porque as audiências públicas têm simplesmente servido para um momento em que as pessoas vêm aqui, na totalidade ou na grande parte, se posicionam contra os projetos que estão sendo debatidos e isso tem uma vinculação zero. Então, não sei se vale a pena, temos que continuar apostando nisso, mas sabendo que esta gestão é uma gestão que não escuta e faz diferente do que as pessoas têm se posicionado.

Na questão dos 20%, não sei se alguém aqui fez um histórico, mas há uma tentativa constante do Município em não cumprir. Primeiro, foi uma emenda do Ver. Beto Moesch ao Plano Diretor Cicloviário. Isso foi acordado com o governo lá em 2009, então, não foi algo gratuito que passou despercebido por esta Casa. Foi uma emenda do Vereador, acordada com o então Prefeito Fogaça, para cumprir para que o Plano Diretor Cicloviário saísse do papel. Então, uma emenda que destina 20% para as ciclovias e para campanhas educativas.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

Não cumprindo, o Ministério Público entrou com uma ação judicial e o Município foi condenado, no ano passado, por não cumprir essa destinação dos recursos. Durante a tramitação do processo, a Prefeitura alegou que isso era inconstitucional porque gessava recursos do Orçamento para o Prefeito, e o Prefeito deve ter a livre disponibilidade do Orçamento. Pois bem, essa tese foi perdedora no Tribunal de Justiça, porque multa, obviamente, não é Orçamento. É diferente a multa do IPTU, por exemplo. Certo? Então, mais uma derrota do Município em tentar não cumprir e não destinar os 20% das multas. Depois, tramita aqui na Câmara já um projeto de lei que prevê um fundo que receberia as contrapartidas dos grandes empreendimentos e receberia os 20% das multas. Bom, mesmo tramitando um projeto de lei aqui, a Prefeitura vem e apresenta outro prevendo também um fundo com duas grandes diferenças importantes: revogando a obrigatoriedade dos 20% e prevendo um comitê gestor desse fundo composto, vejam bem, por sete pessoas da Prefeitura e por dois da sociedade civil. Então, serão literalmente patrolados, mesmo que se componha esse fundo com as questões das contrapartidas, serão dois da sociedade civil e sete da Prefeitura, e o Presidente do Comitê será da Prefeitura. Então, olhem o déficit tremendo de democracia. Então, esses são os dois pontos que eu coloco chave.

Eu não sei mais o que se precisa fazer. O Ver. Bernardino Vendruscolo se dispôs a presidir esta audiência, porque o Presidente da Casa não podia. Eu acho que esse instrumento do Comparecimento, que a Ver.<sup>a</sup> Fernanda trouxe aqui, tem um grande problema: os Comparecimentos acontecem às quintas-feiras à tarde, quando dificilmente alguém poderá vir aqui. Portanto, já tramita aqui também um projeto de lei da Ver.<sup>a</sup> Sofia para transferir a Sessão de votação de segundas-feiras para segundas-feiras à noite, pelo menos, para permitir que, em uma das Sessões, haja possibilidade de as pessoas participarem à noite, como é nas Câmaras de Vereadores do Interior de todo Brasil, a maioria delas: durante a noite, em um dia da semana.

Então, não tem uma conclusão, eu lamento que a Prefeitura não tenha vindo. Vejam, era uma preocupação da Prefeitura. Na última audiência, em que estive aqui o Lerner, sobre o projeto da orla, as pessoas efetivamente se exaltaram, xingaram, mas isso não é motivo para a Prefeitura deixar de vir às audiências e escutar o que as pessoas têm para colocar. Logicamente, quem organiza, as associações que propuseram não têm como garantir que as pessoas não possam xingar. As pessoas estão aqui, tu não tens o controle da palavra



de todo o mundo, mas o mínimo que se espera do gestor público é que escute. Obviamente que o que eles têm escutado não tem sido atendido. Então, eu acho que dá para se tentar essa ideia do comparecimento, é um convite que a Câmara faz, mas será em um quinta-feira à tarde. Então, não sei o quanto a gente consegue mobilizar para conseguir influenciar...

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna.)

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Perfeito, acho que isso é uma decisão que nós podemos levar para a Mesa Diretora, para não pautar, não colocar na Ordem do Dia esse projeto, enquanto não tiver uma audiência pública com a presença, obviamente da...

(Aparte antirregimental.)

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Não sei se o nosso...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Não queremos botá-lo na saia justa, mas eu acho que como um encaminhamento da audiência pode ser uma manifestação...

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** É, eu acho que sim. Se tu me permites, então... Não sei se tu já concluíste.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Concluí, obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Vamos cumprir o nosso ritual aqui; depois vamos ouvir do Diretor Legislativo qual é a melhor sugestão, e a gente a faz, sem problema nenhum. Vamos ver o que nós vamos encaminhar que possa trazer proveito. Com a palavra a Sra. Livia Araújo dos Santos e depois o Sr. Pablo Weiss.

**A SRA. LÍVIA ARAÚJO DOS SANTOS:** O Marcelo fez uma sugestão aqui de que, se o governo quer aprovar essa lei, ele tem que vir aqui discutir. Acho que isso é muito importante. Eu queria concluir, muito decepcionada de não ver – irmanando-me com todo mundo que externou essa decepção – representantes do Poder Executivo aqui. Covardes e mimados, como uma Vereadora colocou antes, por não quererem abrir espaço para receber as manifestações do povo que os elegeram. Já que eles não estão aqui para ouvir a gente, já que os Vereadores da situação também não estão aqui para ouvir a gente, eu queria convocar cada um de vocês que ainda está aqui para, durante a semana, em qualquer horário livre que tiverem, ou via *e-mail*, ou via telefone, telefonar para os Vereadores; cada um se responsabilizar por um Vereador desta Casa para perguntar qual é a opinião, qual é a posição, e cobrar comprometimento com as demandas que a gente está apresentando, que não estão sendo ouvidas e que estão, à distância, sendo recebidas com bastante indiferença. Eu queria propor que cada um de nós procure um Vereador desta Casa para cobrar essa posição. Obrigada. (Palmas.)

**O SR. PABLO WEISS:** Só para fazer uma complementação: com relação à pintura de cicloviárias e ciclofaixas, foi uma sugestão que partiu também dos próprios ciclistas. Em diversos encontros com a EPTC, nós nos disponibilizamos, nós sugerimos que nós mesmos pintaríamos cicloviárias e ciclofaixas onde a EPTC autorizasse e onde a EPTC indicasse. A sugestão, obviamente, não foi aceita, e não foi possível levar adiante. Outra questão também que já foi argumentada diversas vezes com a EPTC em diversos encontros é a questão da largura das cicloviárias e a questão das ciclofaixas também. Existe uma grande dificuldade na interpretação do que é ciclovia e o que é ciclofaixa, por parte da EPTC. Ciclovia exige uma divisão física; ciclofaixa não exige divisão física. O problema é que, para a Prefeitura, um tachão ou um supertachão que um carro, um veículo automotor pode facilmente transpor é considerado como uma divisão física; na nossa opinião, não é uma divisão física.

Para finalizar, eu acho que, pelo menos da minha parte e da parte de muitos outros colegas, independentemente de qual instituição representam, de qual associação participam, não é de hoje que a gente vem tentando um diálogo com o Poder Executivo Municipal; não é de hoje que diversos colegas participam de inúmeras reuniões, seja na Prefeitura, seja na EPTC, seja com o Secretário Cappellari, seja com o Busato, seja com

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

o Prefeito Fortunati; não é de hoje que existe uma tentativa de diálogo. Hoje, pela primeira vez, nós fizemos uma tentativa de diálogo direta com o Poder Legislativo Municipal. Infelizmente, o resultado foi infrutífero, para não usar um outro adjetivo. Então, eu acho que, a partir de hoje, nós temos que tomar outro caminho, chega de tentar dialogar. Eu acho que, se nós juntarmos todas as forças, todos os grupos de ciclistas, todas as associações, todas as entidades, todos os que têm a menor ligação com a bicicleta, e nos mobilizarmos de uma outra forma, certamente nós seremos bem mais ouvidos. Não é de hoje que eu converso com a Lívia, já conversei também com o Marcelo Kalil, acho que já falei também com o Cadu, chega de tentar diálogo, pessoal! A gente tem que elaborar uma grande manifestação, parar esta Cidade e ir para a rua. (Palmas.) Só assim nós seremos escutados! Então, eu acho que a gente pode juntar todas as forças que nós temos, todas as pessoas interessadas e fomentar uma grande manifestação em Porto Alegre. Vamos parar esta Cidade, vamos fechar algumas vias, e vamos ver se, assim, dessa forma, o Poder Executivo Municipal e o Legislativo abrem os olhos e veem que realmente os ciclistas existem, e veem que nós temos força, veem que nós temos capacidade de mobilização, veem que nós estamos aqui para lutar por alguma coisa que realmente é em prol da sociedade e não só para o benefício de quem pedala. Eu acho que, a partir de hoje, nós podemos abrir essa frente, dialogar de forma conjunta, com todos aqueles que têm interesse no bem da bicicleta e no bem da sociedade. Muito obrigado pelo espaço. (Palmas.) Só um momentinho. Aires, tu queres fazer o convite para amanhã?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. PABLO WEISS:** Parece que tem uma reunião com o Secretário Busatto, amanhã. Pode ser que seja mais uma tentativa...

**O SR. AIRES FREDERICO BECKER:** Como o Pablo adiantou, nós temos um convite, na Prefeitura, do Secretário Busatto, da Governança, amanhã, uma reunião às 18h30min, para tratar de temas de interesse sobre questões do Plano Ciclovitário. Então, eu, como convidado, e alguns outros aqui foram pessoalmente convidados, eu gostaria de estender a quem se interesse em comparecer. Talvez não seja possível manter o mesmo local,

talvez tenham que dispor de um espaço um pouco maior para nós, mas acho que seria interessante, quem puder comparecer amanhã, então, às 18h30min, na sede da Prefeitura, no Paço Municipal, Gabinete da Governança Corporativa.

**O SR. PABLO WEISS:** Sem desmerecer o convite do colega, mas fazendo um adendo, eu, sinceramente, não acredito em qualquer possibilidade mais de diálogo, principalmente com o Secretário Busatto. Foram diversos encontros. Nós assistimos a um vídeo hoje... Sinceramente, eu não acredito em qualquer possibilidade de diálogo com o Secretário Busatto...

**O SR. AIRES FREDERICO BECKER:** Mas, de qualquer forma...

**O SR. PABLO WEISS:** Claro, com certeza.

**O SR. AIRES FREDERICO BECKER:** Eu acredito, mesmo que não seja para diálogo, que se esclareça, pelo menos, a falta de diálogo, que deixe claro. Até o próprio Marcelo Kalil disse: “Será que ele vai receber a todos?”. Isso seria um ônus deles. Se eles querem, então, deixar de receber, que arquem com o ônus da decisão feita, não é? (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Obrigado. Eu quero registrar a presença também do Ver. Reginaldo Pujol, que, hoje à tarde, estava com a pressão lá em cima, mas está aqui. Parabéns, Vereador.

Independentemente das decisões que os senhores tomam, e são autônomos para fazê-lo, evidentemente, eu quero convidar a Ver.<sup>a</sup> Sofia, que é da Mesa – nós estamos aqui em quatro Vereadores, dois são da Mesa – para que possamos, pela Mesa, levar o Ver. Dr. Thiago, amanhã, que é o Presidente (Problemas técnicos no som)...conversar como Executivo para demovê-lo dessa, se é que existe isso, essa vontade de não participar. Porque eu acho que sempre temos que buscar o diálogo, nunca devemos esgotar a possibilidade do diálogo. Então, quero convidá-lo a isso. E quero prometer aos senhores e as senhoras que, da minha parte, acho que a Ver.<sup>a</sup> Sofia me acompanha também, nós vamos tentar fazer isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Nós não podemos, vejam só... Tudo bem, dá para fazer, mas nós não temos esse poder. Nós temos que separar as coisas, senão nós vamos assumir compromisso aqui e depois não vamos cumpri-lo. Amanhã, eu convido a Ver.<sup>a</sup> Sofia e os demais Vereadores, claro, todos aqui, para tentar mostrar ao Executivo que o melhor caminho é o diálogo. E, quem sabe, marcar uma outra audiência, alguma coisa assim.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Quando o Ver. Bernardino diz que nós temos esse poder é o seguinte: há uma decisão do que vai para Pauta, para a Ordem do Dia, tomada na Reunião de Mesa e Lideranças, nós temos 12 Bancadas... Agora aumentou, não é, Ver. Bernardino?

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Está aumentando.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** E nós, por exemplo, com os prédios do Centro, sem contrapartida, sem Estudo de Impacto de Vizinhança, fomos contra priorizar. Contra, contra, contra! Arrastamos quanto? Um mês. Aí, chegou uma hora que a maioria determina o que votar. Então, só para todos saberem que aqui tem uma maioria, e uma maioria da base do Governo. Então, nós vamos levar, mas esta é a realidade dos fatos.

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Vamos acreditar que será possível nós demovermos o Executivo dessa vontade. Eu não quero assumir que ele tenha essa vontade, se é que tem essa vontade de não participar. Vamos trabalhar para isso. A gente está aqui, e um dos nossos objetivos é tentar fazer com que os senhores sejam, no mínimo, ouvidos. Não sei se o Diretor Legislativo está lembrado: há uma previsão para a votação do projeto do Executivo ou não? (Pausa.) Não, não há.

**O SR. RICARDO BORDIN:** Em relação à falta de previsão para a votação do projeto, muitas pessoas se lembram da lei do Largo Glênio Peres, que foi votada na surdina.

Então, provavelmente, é do feitio dessa Prefeitura fazer as coisas sempre na surdina, sempre empurrar. Eu sugeriria...

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**O SR. RICARDO BORDIN:** A prisão, aqui, dos manifestantes, 30 manifestantes presos porque estavam acampados; cortar árvores de madrugada, sendo que o decreto da SMAM não permite, enfim. Eu sugeriria uma emenda para que, nesses casos polêmicos, como no corte das árvores e no caso do Plano Diretor Cicloviário, se apresente um projeto de emenda para que se coloquem essas questões para plebiscito, para que a população decida. (Palmas.) Pronto. A gente não consegue chegar a um consenso aqui em audiência, quando tem a Prefeitura, porque eles mandam os cabos eleitorais para cá para ficar batendo boca com a gente, nos provocando; quando não há os cabos eleitorais para vir, eles não vêm covardemente. Então, vamos fazer uma emenda: plebiscito. Casos polêmicos, plebiscitos. Pronto, o povo decide, a população decide, não é só nós, aqui. Daí não fica esta palhaçada. (Palmas.)

**O SR. SYLVIO NOGUEIRA:** Eu quero reforçar o que o companheiro disse. Quando teve a discussão do Plano Diretor, nós, do Movimento de Defesa da Orla, propusemos a este plenário uma consulta popular para o caso do Pontal. O plenário votou, enfim, mas... E o Fogaça, na época, para surpresa, aprovou esta consulta popular. Eu acho que este instrumento pode ser proposto pela Câmara, sim, para que a população de Porto Alegre decida essa posição. Uma consulta popular. A democracia participativa se faz não somente nas questões ligadas ao espaço que nós estamos vivenciando, hoje, nesta audiência, mas também ouvindo a população em consultas periódicas sobre as questões importantes da Cidade. A questão da mobilidade urbana é uma questão muitíssimo importante da Cidade. Então, a questão da ciclovia está colocada, é para modificar essa cultura do carro para uma cultura mais saudável para a população, para o meio ambiente, que também nós defendemos, e para que a humanidade tenha um futuro mais saudável, com mais qualidade do que temos hoje, com esse processo de desenvolvimento desenfreado. Então, acho que os Vereadores poderiam sugerir uma consulta popular sobre esta questão.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 18NOV2013

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/13

---

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Está bom. Quero agradecer aos senhores e às senhoras e me comprometer a tentar um outro momento para que os senhores possam contar com a presença do Executivo. Um abraço. (Palmas.)  
Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20h53min.)